



Policy Brief

Incentivo fiscal em combinação com acordo voluntário



Cofinanciado pela
União Europeia

Cofinanciado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não reflectem necessariamente os da União Europeia ou do CINEA. Nem a União Europeia nem a autoridade que concedeu o financiamento podem ser responsabilizadas pelos mesmos.

Porque é importante?

Como é que funciona?

O que é que o torna eficaz?

Existem alguns bons exemplos?

Como podemos estimar o impacto?

Porque é importante?

Os incentivos fiscais combinados com acordos voluntários são uma estratégia fundamental para promover a eficiência energética na indústria e, em especial, para estimular a melhoria da eficiência dos sistemas de força motriz, que representam mais de 70% do consumo industrial de eletricidade. Estas políticas abordam as principais barreiras financeiras e organizacionais, criando um quadro de apoio para as empresas adotarem tecnologias energeticamente eficientes.

Reduzir o custo inicial da substituição de motores antigos e ineficientes é essencial para as indústrias, uma vez que muitas empresas - particularmente as pequenas e médias empresas (PME) - enfrentam orçamentos limitados e prioridades concorrentes. Os incentivos fiscais aliviam este encargo financeiro, tornando mais viáveis os investimentos em sistemas energeticamente eficientes. Simultaneamente, os acordos voluntários oferecem uma alternativa colaborativa à regulamentação rígida, promovendo a cooperação entre as indústrias e as autoridades públicas, e abordam as barreiras organizacionais, tais como a resistência à mudança e a pouca sensibilização para as oportunidades de poupança de energia. Esta flexibilidade garante que as melhorias de eficiência energética sejam adaptadas às necessidades e capacidades de empresas ou sectores individuais, incentivando uma participação mais ampla.

Como é que funciona?

Os incentivos fiscais proporcionam benefícios financeiros através de bonificações, deduções ou redução do imposto sobre o valor acrescentado (IVA) para investimentos em tecnologias energeticamente eficientes. Estes regimes podem ser integrados em Acordos Voluntários (AV), que envolvem compromissos negociados entre as autoridades públicas e as indústrias. Os acordos incluem:

1. Incentivos financeiros, neste caso reduções fiscais, para encorajar a adoção.
2. Objetivos e prazos para medidas de eficiência energética, especificamente a substituição de motores elétricos.
3. Controlo e sanções em caso de incumprimento, como o reembolso da ajuda financeira ou a perda de elegibilidade.

Os AV são particularmente eficazes em sectores com elevado consumo de energia e a flexibilidade destes acordos permite soluções adaptadas às necessidades industriais específicas.

O que é que o torna eficaz?

A combinação de incentivos fiscais e acordos voluntários pode ser altamente eficaz devido a:

- **Motivação económica:** Fortes incentivos financeiros, tais como reduções ou créditos fiscais, encorajam as indústrias a investir em sistemas de motores novos e eficientes.
- **Objetivos personalizáveis:** A flexibilidade dos AVs acomoda necessidades específicas do sector ou da empresa.
- **Monitorização e cumprimento:** Uma monitorização robusta garante que os participantes cumprem os seus compromissos, aumentando a credibilidade e o impacto.
- **Envolvimento das partes interessadas:** A colaboração cria confiança e assegura a convergência dos objetivos públicos e privados.
- **Medidas Complementares:** A integração com auditorias energéticas, campanhas de informação e apoio técnico maximiza a eficácia do programa.

Existem alguns bons exemplos?

- **Subsídio ao Investimento em Energia (EIA) - Países Baixos:** este programa permite que as empresas solicitem deduções fiscais substanciais para investimentos em tecnologias de poupança de energia constantes da "Lista de Energia" atualizada anualmente. As tecnologias elegíveis incluem sistemas avançados de motores, como os motores IE4 e IE5, sendo 45,5% dos custos de investimento dedutíveis dos lucros tributáveis. A AIA é altamente eficaz em termos de custos, alcançando subsídios médios de 21-46 euros por tonelada de emissões de CO2 evitadas. Tornou-se um instrumento vital para incentivar a eficiência energética nos sectores industriais.
- **Acordos voluntários - Flandres, Bélgica:** Na Flandres, as indústrias com utilização intensiva de energia celebram acordos voluntários com as autoridades, comprometendo-se a efetuar auditorias energéticas regulares e a aplicar medidas rentáveis de eficiência energética. Estes acordos recompensam os participantes com benefícios significativos, incluindo isenções fiscais e processos de comunicação simplificados, reduzindo a carga administrativa. O programa abrange mais de 90% do consumo industrial de energia na região, o que demonstra a sua adoção generalizada e o seu impacto na promoção da eficiência energética.
- **Programa PFE - Suécia:** O programa PFE da Suécia destina-se às indústrias com utilização intensiva de energia, oferecendo reduções nos impostos sobre a eletricidade (0,5 EUR/MWh) em troca de compromissos de melhoria da eficiência energética. O programa conseguiu uma redução de 10% no consumo de eletricidade entre as empresas participantes, sendo 25% dessas poupanças atribuídas a sistemas de força motriz. Um dos principais objetivos do PFE foi a adoção de sistemas de gestão da energia e de melhorias sistemáticas da eficiência, integrando práticas de poupança de energia nas operações diárias.

Como podemos estimar o impacto?

O EU-MORE desenvolveu uma ferramenta independente para fazer uma avaliação quantificada das medidas políticas passadas, existentes e propostas para a substituição de motores e a otimização do sistema de motores. A ferramenta foi batizada de "**EU-MORE Motor Model**" (**EU-M³**) e o seu principal objetivo é a projeção, o acompanhamento e a avaliação do impacto das políticas em termos de consumo de energia e de emissões de gases com efeito de estufa.

Com o **EU-M³**, o impacto das políticas de substituição de motores pode ser calculado ao nível do stock de motores da UE ou de um país individual, oferecendo uma perspetiva valiosa tanto para os decisores industriais como para os decisores políticos. Considera também o impacto económico, ambiental e material das medidas em análise. Com base num determinado orçamento de projeto, pode calcular, por exemplo, o número de motores substituídos, a poupança de energia, o impacto ambiental e a procura adicional de materiais.

Para avaliar os efeitos de um regime de subsídios no **EU-M³**, os utilizadores têm de fornecer informações específicas. Estas incluem o âmbito geográfico (a nível da UE ou de um Estado-Membro), a classe de potência do motor, o orçamento do programa, a taxa de financiamento por motor, o horizonte temporal da política, a redução do tempo de vida dos motores a substituir e as classes de eficiência afetadas (tanto para os motores a substituir como para os seus substitutos). Para definir uma taxa de financiamento para uma redução fiscal, esta tem de ser calculada com base nos parâmetros financeiros disponíveis do programa. Isto pode implicar fazer suposições sobre variáveis como a percentagem dos custos de investimento que podem ser deduzidos, a taxa de imposto sobre as sociedades e a parte do orçamento atribuída a componentes específicos. Quando se definem os parâmetros e se efetua um primeiro cálculo, é fornecida informação sobre o período de retorno da substituição de cada motor. Os incentivos fiscais em combinação com acordos voluntários apoiam normalmente projetos com tempos de retorno inferiores a 3-4 anos.

Na análise do impacto político do projeto EU-MORE, é examinado um regime baseado em deduções fiscais, utilizando como exemplo o subsídio de investimento neerlandês. Apesar da necessidade de se adotarem vários pressupostos devido a limitações de dados, os resultados confirmam o potencial substancial de poupança. Ao mesmo tempo, sublinham as complexidades e incertezas inerentes à projeção e avaliação do impacto de tais medidas.

O **EU-M³**, implementado no Microsoft Excel para uma maior acessibilidade, pode ser descarregado do [sítio Web do EU-MORE](#). Para mais informações sobre a funcionalidade do modelo, consultar o **D4.3 Análise do impacto das políticas**. As apresentações interativas e os vídeos tutoriais sobre como utilizar a ferramenta fazem parte dos **documentos de apoio às políticas do D4.5**, também disponíveis no sítio Web.

EU-MORE



Projeto EU-MORE

EU-MORE é o acrónimo de EUROpean MOtor RENovation initiative. Este projeto LIFE visa acelerar a substituição de motores eléctricos antigos e ineficientes na indústria e no sector dos serviços. Os motores eléctricos tendem a permanecer em serviço durante 30 a 40 anos, o que é muito mais tempo do que geralmente se supõe. Com uma ação rápida, esta taxa de substituição pode ser melhorada. Na UE, a substituição mais rápida dos motores antigos permitiria poupanças de energia adicionais, para além do potencial de poupança dos regulamentos existentes, com todos os benefícios associados.

Sítio Web do projeto:
<https://eu-more.eu/>

Parceiros do projeto



Cofinanciado pela
União Europeia

Cofinanciado pela União Europeia. No entanto, os pontos de vista e opiniões expressos são da exclusiva responsabilidade do(s) autor(es) e não reflectem necessariamente os da União Europeia ou do CINEA. Nem a União Europeia nem a autoridade que concedeu o financiamento podem ser responsabilizadas pelos mesmos.